



5 | **Comissão
de Assuntos
Econômicos**



Sumário

1. RESUMO EXECUTIVO	66
2. APRESENTAÇÃO DA CAE	67
3. A CAE NO CONTEXTO DOS PILARES DE UM PROJETO DE NAÇÃO	68
4. GOVERNANÇA E DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO	69
5. ENTREGAS E AGENDAS	71
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
FICHA TÉCNICA.....	73



1. Resumo Executivo

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), dedica-se a elaborar propostas para um desenvolvimento econômico justo, inclusivo e sustentável. No primeiro semestre de 2026, a CAE desenvolveu discussões voltadas à melhoria das condições de trabalho, à justiça fiscal e orçamentária, à transição energética, à mobilidade urbana justa, à modernização de indicadores econômicos e à promoção de investimentos sustentáveis. Essas ações se alinham aos Pilares de um Projeto de Nação ao promover justiça social, crescimento com responsabilidade fiscal e sustentabilidade ambiental.

Dentre as iniciativas prioritárias, destaca-se a articulação para o fim da escala de trabalho 6x1. A Comissão realizou reuniões com diferentes setores empresariais representados no CDESS, para entender os impactos nestes setores e para mapear sugestões de políticas governamentais que mitiguem eventuais impactos negativos.

Na agenda climática, a CAE entregou à Presidência da COP30 um documento com recomendações para o Mapa do Caminho Global fora dos fósseis e prepara um mapa doméstico que oriente o país na transição energética. Essas recomendações foram elaboradas em parceria com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CMADS do CDESS, a partir das contribuições feitas pelos conselheiros e conselheiras especialistas no assunto.

A Comissão também se empenhou em discutir a ampliação do financiamento para o transporte público no Brasil bem como a viabilização da tarifa zero, especialmente na discussão do Marco Legal do Transporte Público como ordenamento fundamental para alcançar esse objetivo. Foram construídos diálogos com os setores empresariais, sociedade civil, bem como outros ministérios, para entender o andamento dessa discussão e propor eventuais caminhos. Além disso, foram realizadas incidências dentro do governo para a validação e aproximação à pauta do Marco Legal.

Outra frente foi a construção e articulação para a criação de um Índice Complementar ao PIB – o Índice de Prosperidade – a ser desenvolvido em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), para medir a economia brasileira de forma mais abrangente, tendo a prosperidade como norte.

Por fim, a Comissão finalizou a parceria para a consolidação do portfólio de investimentos sustentáveis, ampliando as oportunidades de financiamento de projetos que gerem crescimento com responsabilidade social e ambiental.



2. Apresentação da CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) foi instaurada pelo CDESS em 3 de julho de 2023, durante reunião realizada em Brasília. A instalação contou com a presença de ministros, do secretário-executivo do CDESS e de lideranças sindicais, empresariais, ativistas e acadêmicos, sinalizando o papel plural da comissão.

O CDESS, conhecido também por Conselhão, é um órgão de assessoramento imediato do Presidente da República. Seu trabalho visa assessorar o Presidente na formulação de políticas para o desenvolvimento econômico social sustentável, apreciar propostas de reformas estruturais e articular setores da sociedade.

A CAE, como comissão temática, é responsável por subsidiar políticas voltadas ao crescimento econômico com inclusão social e sustentabilidade. Sua composição reúne conselheiros que representam trabalhadores, empresários, academia e governo, garantindo diversidade e pluralidade.

No primeiro semestre de 2026, a CAE concentrou sua atuação em seis frentes estratégicas:

- i. negociar o fim da escala de trabalho 6x1;
- ii. discutir mecanismos para um orçamento público favorável ao crescimento justo;
- iii. contribuir para o Mapa do Caminho fora dos fósseis;
- iv. articular a aprovação do Marco legal do Transporte Público e construir propostas de tarifa zero no transporte público;
- v. desenvolver parceria para a construção de um índice complementar ao PIB, ou índice de prosperidade; e
- vi. finalizar um portfólio de investimentos sustentáveis.

Esse foco evidencia a centralidade da justiça econômica como dimensão estruturante do Projeto de Nação.



3 A CAE no Contexto dos Pilares de um Projeto de Nação

O Projeto de Nação construído e articulado pelo CDESS organizou contribuições dos conselheiros a políticas e ações que o Estado brasileiro deveria adotar nos próximos cinco anos, para a implementação de um projeto de nação mais justo e sustentável. De forma inovadora e disruptiva, o CDESS, em todas suas comissões temáticas, se colocou a pensar de forma intencional o presente e o futuro do país, a partir de uma perspectiva ampla e qualificada que o corpo de conselheiros representa.

No caso da CAE, as discussões dos Pilares trouxeram questões centrais como justiça tributária, desenvolvimento sustentável, correção das distorções fiscais e outros. Seguindo as estratégias dos Pilares, as iniciativas de articulação e ações concretas empreendidas no semestre dialogam principalmente com os seguintes pilares:

- I.** Prosperidade econômica com justiça social: as ações relacionadas ao fim da escala 6x1, à tarifa zero no transporte público e ao desenvolvimento do índice de prosperidade ampliam direitos trabalhistas, reduzem desigualdades e estabelecem novas métricas para uma economia mais justa;
- II.** Crescimento verde e transição energética: a elaboração das sugestões para o Mapa do Caminho fora dos fosséis e a finalização do portfólio de investimentos sustentáveis ancoram a política econômica na descarbonização e no fomento a projetos sustentáveis; e
- III.** Estado eficiente e democrático: ao propor discussões para um orçamento público favorável ao crescimento justo, a Comissão contribui para fortalecer a governança fiscal e a transparência dos gastos públicos.

Articulação transversal: a comissão integrou debates com outras áreas, como direitos e democracia, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, e tecnologia, reforçando a visão holística do Projeto de Nação.

4. Governança e Dinâmica de Funcionamento

A governança da CAE combina reuniões plenárias com grupos de discussão temática específicos. Durante o semestre foram realizadas reuniões gerais e encontros menores para discutir pautas estratégicas e específicas. Ao longo do segundo semestre de 2025 e primeiro semestre de 2026, a CAE realizou cerca de 8 reuniões gerais da Comissão, e mais de 10 reuniões temáticas.

Além das reuniões, para a construção dos Pilares de um Projeto de Nação e das temáticas prioritárias discutidas pela Comissão, foram realizadas contribuições assíncronas por meio de formulários online. Destaca-se a construção das sugestões dos conselheiros e conselheiras para os Mapas do Caminho, que combinou encontros síncronos e contribuições assíncronas.

Como dinâmica das reuniões síncronas, usualmente a Comissão busca trazer um momento expositivo inicial, seja com membros do governo ou com especialistas, e em seguida, abrir para as contribuições e intervenções dos conselheiros e conselheiras.

No segundo semestre de 2025, foram realizadas reuniões a cada 15 dias, tendo em vista o curto prazo processo de construção dos Pilares de um Projeto de Nação. Já no primeiro semestre de 2026, foi acordado com a Comissão a realização de reuniões mensais.

Dentre as reuniões realizadas no âmbito da CAE ao longo do primeiro semestre de 2026, destacam-se duas que ocorreram com a participação colaborativa de outros órgãos e entidades que ofereceram aos Conselheiros e Conselheiras debates, estudos e pesquisas sobre temas em destaque na Comissão.

Em 18 de março, a Comissão recebeu a Coordenadora-Geral da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do IPEA. Na ocasião foi apresentado um estudo sobre os impactos econômicos da redução da jornada de trabalho de 44h para 40h ou 36h semanais, dividindo a sua fala em 4 partes: i) motivação da pesquisa; ii) resultados dos trabalhos; iii) o perfil dos trabalhadores mais afetados pela redução da jornada de trabalho; e iv) efeitos e custos, por setor econômico e por porte de empresa.

Na oportunidade, abordou-se sobre os dois eixos principais do debate: Por um lado a importância de aumentar o tempo de lazer do trabalhador para possibilitar maior descanso e dedicação à família, o que pode significar o aumento da produtividade; por outro lado, os impactos econômicos da redução, refletidos tanto pelo aumento do emprego, dada a redução da jornada semanal, quanto pelo aumento do custo da hora trabalhada.



Os principais pontos apresentados estão refletidos a seguir:

- i. Os trabalhadores mais afetados pela redução da jornada tendem a ser os mais vulneráveis no mercado formal;
- ii. Foram analisadas diferenças entre setores e a capacidade de absorção dos impactos pelas empresas;
- iii. O estudo utilizou dados administrativos (Relação Anual de Informações Sociais - RAIS) para avaliar jornada, custo do trabalho e estrutura produtiva;
- iv. Há evidências de que existe margem para redução da jornada, especialmente em contextos de menor poder de barganha dos trabalhadores;
- v. Impacto no emprego: Experiências passadas (como a de 1988 no Brasil) e em outros países mostram que a redução não gerou aumento do desemprego ou da informalidade no curto prazo;
- vi. Perfil dos afetados: Os trabalhadores que hoje cumprem 44h são, em maioria, pessoas com menor escolaridade, baixa remuneração e alta rotatividade; e
- vii. Custos para as empresas: O aumento médio no custo da hora trabalhada seria de cerca de 7,8% (para 40h). Setores como vigilância teriam maior impacto (6,6%), enquanto outros como comércio atacadista teriam impacto mínimo (0,4%). Empresas de pequeno porte são as que mais possuem vínculos de 44h.

Em 23 de abril, a CAE recebeu a Secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), que apresentou aos conselheiros o Acordo entre o Mercosul e a União Europeia, o qual representa uma das mais relevantes iniciativas de integração econômica e cooperação internacional das últimas décadas, reunindo mercados estratégicos e ampliando oportunidades de comércio, investimentos e desenvolvimento sustentável.

Segundo os estudos apresentados pelo MDIC, a implementação do acordo deve produzir efeitos positivos sobre o PIB, os salários reais e o fluxo comercial entre os blocos, com destaque para o crescimento das exportações industriais brasileiras. A secretária ressaltou ainda que a União Europeia já representa um parceiro relevante para o comércio exterior brasileiro, tanto na área de bens quanto de serviços, sendo destino de parcela significativa das empresas exportadoras nacionais e contribuindo para a geração de milhões de empregos associados às exportações.

Foi enfatizado que o acordo não representa uma abertura comercial abrupta, mas sim um processo gradual, planejado e acompanhado de mecanismos de proteção e adaptação para a indústria nacional. Destacou-se que o governo brasileiro renegociou pontos considerados sensíveis do pré-acordo firmado em 2019, incorporando preocupações relacionadas à política industrial, ao SUS, à preservação de instrumentos de compras governamentais, à proteção de setores estratégicos e ao combate ao chamado "protecionismo verde".

A secretária também destacou a dimensão política, estratégica e geopolítica do acordo, afirmando que ele inaugura uma nova etapa na inserção internacional do Mercosul. Segundo ela, além da ampliação do comércio, o acordo fortalece a cooperação entre os blocos e cria oportunidades para modernização produtiva, inovação tecnológica e inserção de pequenas empresas brasileiras no mercado europeu. Nesse contexto, o governo federal vem estruturando iniciativas de monitoramento, apoio à adaptação produtiva e disseminação de informações para garantir que os benefícios do acordo sejam efetivamente aproveitados pelo setor produtivo e pela sociedade brasileira.

Os dois encontros mencionados, sobre o fim da escala 6x1, com o IPEA, e sobre o acordo entre Mercosul e União Europeia, com o MDIC, foram idealizados pelos conselheiros e conselheiras da CAE e promoveram discussões qualificadas, plurais e extremamente enriquecedoras, contribuindo para ampliar a compreensão de temas centrais para o desenvolvimento econômico e social do país.



5. Entregas e Agendas

No primeiro semestre de 2026 a CAE consolidou entregas e agendas que dialogam com compromissos assumidos nas plenárias anteriores do CDESS, bem como com a articulação e construção realizada pelos Pilares de um Projeto de Nação. Destacam-se:

I. Documento de recomendações para o Mapa do Caminho Global fora dos fosséis: entrega de documento de recomendações à Presidência da COP30 por um grupo de conselheiros e conselheiras especialistas no assunto. Este documento estabelece princípios para a transição energética justa e servirá de base para as recomendações ao mapa doméstico que está em discussão no CDESS. A construção foi executada conjuntamente com a CMADS.

II. Diálogo com os setores empresariais sobre o fim da escala 6x1 e documento com medidas mitigatórias: a CAE realizou conversas com mais de 13 setores empresariais sobre o fim da escala 6x1. Esses diálogos tiveram como objetivo mapear a percepção desses setores sobre a redução da jornada de trabalho, bem como qualificar eventuais políticas mitigatórias que o governo poderia adotar para minimizar possíveis impactos causados pela adaptação à nova jornada de trabalho. O fim dos diálogos culminou em um relatório com as conclusões e recomendações por conselheiro e por setor empresarial a ser apresentado para o governo brasileiro nas discussões que forem pertinentes.

III. Articulação com o IBGE e IPEA para o Índice de Prosperidade: após uma ampla rodada de diálogo com IPEA e IBGE, formulamos o plano de trabalho para desenvolver um índice complementar ao PIB que incorpore variáveis ambientais e sociais, considerando as discussões globais feitas sobre o assunto. O objetivo é construir um Acordo de Cooperação Técnica entre as instituições para o início dos trabalhos e alavancar a discussão do Brasil no assunto.

IV. Acompanhamento do Marco Legal e propostas de tarifa zero no transporte público: a Comissão acompanhou e construiu diálogos e propostas sobre a tarifa zero no transporte público. Foi realizada uma ampla articulação, que incluiu Secretaria Geral da Presidência, Ministério das Cidades, Ministério da Fazenda e Secretaria de Relações Institucionais. O processo resultou em um desenho de política nacional de gratuidade no transporte público apresentada aos órgãos competentes, bem como na articulação para a aprovação e sensibilização pelo Marco Legal do Transporte Público.



6 Considerações ■ Finais

O balanço do primeiro semestre de 2026 demonstra que a Comissão de Assuntos Econômicos atuou de forma estruturante na construção de políticas para um desenvolvimento justo e sustentável. A centralidade do tema econômico, abrangendo direitos trabalhistas, justiça fiscal, transição energética e indicadores de prosperidade, conecta a CAE aos pilares do Projeto de Nação e reforça a dimensão estratégica do órgão. Entre os desafios para o segundo semestre estão a aprovação do projeto de lei sobre a escala 6x1, a consolidação do mapa doméstico fora dos fosséis, a ampliação do financiamento ao transporte público e implementação do Marco Legal, bem como o início da discussão para o Índice de Prosperidade. O êxito desses processos dependerá da continuidade do diálogo com o governo, o Congresso e a sociedade civil, bem como do fortalecimento da articulação interministerial.



Ficha Técnica

Coordenador:

Giancarlo Moreira Gama

Conselheiros Inscritos:

Adriana Barbosa, Adriana Marcolino, Alcielle dos Santos, Alessandra França, Andrea Mustafa, Antonio Neto, Atilio Rulli, Bruno Sindona, Carlos Luque, Chieko Aoki, Claudio Medeiros, Cristina Pinho, Daniel Stieler, Dirlene Silva, Divanir Higino, Duda Franklin, Elaine Nascimento, Elbia Gannoum, Emerson Kapaz, Enilson Moura, Fayda Belo, Fernanda Delgado, Fernanda Garibaldi, Fernanda Ribeiro, Francis Bogossian, Francisco Gomes Neto, Giamundo Neto, Gino Paulucci, Gustavo Werneck, Hélio Rotenberg, Igor Calvet, Jandaraci Araújo, Janete Vaz, Jeanine Pires, João Carlos Nogueira, José Carlos Martins, José Pugas, José Rodrigues (Doutor da Borracha), José Vicente, Joseph Couri, Juvandia Moreira, Laura Carvalho, Loricardo de Oliveira, Lourenço Bustani, Lucas Monteiro de Souza, Luis Pogetti, Luisa Santiago, Luiz Carlos Trabuco, Luiz Felipe Guerra, Mahatma dos Santos, Mais Moreno, Manoel Damasceno, Marcel Fukayama, Marcelo de Godoy Oliveira, Marcelo Moraes, Marcelo Vieira, Márcio Lopes de Freitas, Marco Aurélio de Carvalho, Marcos Almeida, Mônica Veloso, Nath Finanças, Nayana Rizzo Sampaio, Neiva Ribeiro, Nelson Mussolini, Nina Silva, Paulo Feldmann, Pedro Rossi, Pedro Wongtschowski, Philip Yang, Phillippe Rubini, Priscila Pamela, Priscilla Nasrallah, Rafael Ceconello, Rafael Lucchesi, Ricardo Alban, Ricardo Sennes, Rodrigo Navarro, Rodrigo Sauaia, Romildo da Costa, Rosa Negra, Rosilda Prates, Sandro Westphal, Sergio Butka, Sergio Luiz Leite, Tania Bacelar de Araújo, Úrsula Peres, Vander Costa, Vânia Marques Pinto, Venilton Tadini, Vera Lúcia Travain e Viviana Santiago.